

As éticas do herói e do cuidado no romance *Maria Altamira*: perspectivas sobre o corpo-território feminilizado

*The ethics of the hero and care in the novel Maria Altamira: perspectives on the
feminized body-territory*

Carlos Henrique Lopes de ALMEIDA*

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Jéssika Vales Laranjeira**

Universidade Federal do Pará (UFPA)

RESUMO: O artigo analisa a ética do herói e a ética do cuidado sobre o corpo-território feminilizado no romance *Maria Altamira* (2020), de Maria José Silveira, a partir de uma perspectiva ecofeminista decolonial. O romance apresenta a perspectiva das comunidades prejudicadas pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, em especial a de sua protagonista. As principais referências norteadoras do artigo são Immanuel Wallerstein (1974), Marti Kheel (1993), María Lugones (2008, 2010), Maria Mies e Vandana Shiva (2014). A análise apresentada delimita pontos importantes na construção da narrativa que denunciam o paradoxo do progresso e desvelam a resistência baseada em comunidades de afeto.

PALAVRAS-CHAVE: Ética. Ecofeminismo. Literatura. Corpo-território.

ABSTRACT: The article analyzes the ethics of the hero and the ethics of care regarding the feminized body-territory in the novel *Maria Altamira* (2020), by Maria José Silveira, from a decolonial ecofeminist perspective. The novel presents the perspective of communities harmed by the construction of the Belo Monte Hydroelectric Plant, especially that of its protagonist. The main guiding references of the article are Immanuel Wallerstein (1974), Marti Kheel (1993), María Lugones (2008, 2010), Maria Mies and Vandana Shiva (2014). The analysis presented delimits important points in the construction of the narrative that denounce the paradox of progress and reveal resistance based on communities of affection.

* Doutor em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Docente da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e da Universidade Federal do Pará (UFPA). Email: carloshl1literatura@gmail.com

** Mestre em Letras, área de Estudos Literários, pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Discente do curso de Doutorado em Letras, área de Estudos Literários, pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Email: jessikalaranjeira94@gmail.com

KEYWORDS: Ethics. Ecofeminism, Literature. Body-territory.

A questão ética e o ecofeminismo

De maneira ampla, a ética é definida como um conjunto de valores, princípios e normas de cunho moral que orientam a conduta das sociedades rumo ao bem comum. Trata-se de um conceito muito questionado em diversas áreas do conhecimento e tratado como uma disciplina altamente relevante no campo científico. Quando pensada a partir da filosofia, por exemplo, a ética é um ramo que estuda princípios que orientam o comportamento humano e que se torna ainda mais variável e indefinida quando pensada a partir da antropologia, visto que não é universal e varia de acordo com cada cultura, seja a de uma sociedade numerosa ou de pequenas comunidades. Cada área define e desenvolve a ética a partir de seus alcances, como é o caso dos estudos literários, cujas narrativas estudadas enquanto realidades ficcionais também são moldadas por inúmeras éticas que podem determinar diversas ideologias e seus confrontos.

A partir desse entendimento, o presente trabalho tem como objetivo analisar duas perspectivas éticas antagônicas em *Maria Altamira* (2020), romance escrito pela antropóloga Maria José Silveira, cuja narrativa apresenta majoritariamente a trajetória de sua protagonista homônima, uma mulher indígena em constante luta pela própria sobrevivência e pela de seu território, ou seja, por seu corpo-território em disputa ética. O romance inicia com as trágicas aventuras de uma personagem peruana, Alelí, que percorre, sem rumo, diversos países latino-americanos após perder toda a sua família no soterramento da cidade de Yungay; quando para no Brasil, especificamente no sudoeste do Pará, Alelí conhece Manuel Juruna, indígena do povo Yudjá pelo qual se apaixona.

Do relacionamento de ambos se concebeu Maria, nascida pouco depois de o pai ser assassinado a mando de madeireiros que tinham interesse na desocupação indígena da Volta Grande do Rio Xingu. Desolada, Alelí resolveu voltar à sua vida andarilha e deixou a filha aos cuidados da enfermeira Chica, mulher que maternou e batizou a criança com o nome da cidade onde ela cresceria, Maria Altamira. Ainda que soubesse sua ascendência, Maria cresceu relativamente distante de seus parentes indígenas, até que as tramitações em torno da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo

Monte) – que devastaria o rio Xingu, berço do povo Yudjá – a aproximaram irreversivelmente de seus parentes paternos.

Ao testemunhar a destruição do território em que vivia e perceber o crescimento do próprio corpo concomitante à construção da usina, Maria se contrapôs ao empreendimento devastador do progresso e se tornou uma figura de resistência e força em sua comunidade, não apenas enquanto membro dos principais grupos afetados – ribeirinhos e indígenas –, mas também enquanto mulher. Ao longo do romance, a jovem Maria se depara com inúmeros discursos e crenças que arrematam sua urgência por resistir a um contexto opressor e dominado pela ideologia colonizadora.

A partir da realidade não ficcional, sabe-se que a UHE Belo Monte foi totalmente construída e inaugurada em 2016 apesar das inúmeras lutas contra o projeto desde sua concepção, na década de 1980. A Norte Energia, empresa responsável pela construção da usina, paga indenizações aos afetados até o presente momento, ainda que muito se alegue que tais indenizações são insuficientes ou mesmo inexistentes diante da destruição causada pelo projeto (G1 Pará, 2024). Portanto, *Maria Altamira* destaca a história não-oficial em torno da construção da usina e enfatiza os danos irreparáveis ao corpo-território margeado pelo esvaziamento do rio Xingu, o que conduz a refletir sobre a relação ética entre o ser humano e a natureza.

Diante disso, a ética se acentua como ainda mais questionável e variável, visto que a relação do ser humano com o mundo natural é um dilema primordial nas mudanças sociais, culturais e econômicas ao longo do tempo. Assim, as duas faces éticas em foco nesse trabalho são escolhas pautadas na demanda do próprio romance e sua protagonista, pois tanto a ética do herói quanto a ética do cuidado estão presentes nos discursos que compõem a narrativa e norteiam o contraste necessário para que se compreenda a história não-oficial em torno da construção da usina.

Além disso, essas perspectivas éticas são caras ao ecofeminismo, uma escola de pensamento e vertente do movimento feminista que articula exploração e resistência do feminino e da natureza, ou seja, do corpo-território feminilizado, cuja interpretação articulada à decolonialidade evidencia sua condição de sujeito marginalizado no processo de colonização em andamento. Enquanto a ética do herói determina um heroísmo tradicional baseado no patriarcado e na ideia de amenizar danos em prol do progresso, a

ética do cuidado surge como uma abordagem alternativa de resistência e organização em prol da empatia e da responsabilidade, dinâmica essa que busca descentralizar o trabalho de cuidado comumente associado às mulheres. Como antagônicas, cada ética será apresentada separadamente nesse artigo, ainda que suas forças coexistam.

1. A ética do herói: uma pessoa que salva

A figura de um homem muito forte e bravo, realizador de grandes feitos, é uma representação constante na literatura considerada universal. Alguns exemplos são Gilgamesh na *Epopéia de Gilgamesh* (1800 a.E.C.?), Aquiles na *Iliada* e Ulisses na *Odisseia* (Século VIII a.E.C.) de Homero, Enéias em *Eneida* (Século I a.E.C.) de Virgílio, Vasco da Gama em *Os Lusíadas* (1572) de Camões, Robinson Crusóé no romance homônimo (1719) de Daniel Defoe e Capitão Ahab em *Moby Dick* (1851) de Herman Melville. A ideia de heroísmo dessas personagens, independente de seus julgamentos morais, parte de um conjunto de crenças e práticas ideológicas baseadas no masculinismo, ou seja, fundadas em um sistema patriarcal que não somente se impõe na cultura, na sociedade e na economia como também cria para si uma figura simbólica que valoriza força e bravura de maneira personalista e paternalista: um herói tradicional.

A partir do pensamento ecofeminista, essa ideia de herói passa a ser criticada em seu modelo ético e tratada como nociva, afinal, antes de agir como salvador de algo ou alguém, o próprio herói legitima as causas que levam à suposta necessidade de salvação. O modelo ético do herói, cristalizado no Homem Branco, é profundamente ligado ao processo de colonização e pode ser compreendido de forma mais intensa quando se considera a teoria do sistema-mundo pensada pelo sociólogo Immanuel Wallerstein, teoria essa em que a economia global é descrita como um sistema social capitalista interconectado – dividido em centros, periferias e semiperiferias – que perpetua desigualdades econômicas e sociais – sendo os centros aqueles beneficiados pela exploração dos demais.

No primeiro volume de sua obra *O sistema mundial moderno* (1974), Wallerstein afirma o seguinte:

Um sistema-mundo é um sistema social, um sistema que possui limites, estruturas, grupos associados, regras de legitimação e coerência. A sua vida é feita das forças em conflito que o mantêm unido por tensão e o dilaceram na medida em que cada um dos grupos procura eternamente remodelá-lo a seu proveito. Tem as características de um organismo, na medida que tem um tempo de vida durante o qual suas características mudam em alguns aspectos e permanecem estáveis noutros (p. 337).

O sistema-mundo visto como organismo vivo que se transforma pode ser relacionado a ideia do Homem Branco, uma identidade mestre que carrega em sua construção política e simbólica as transformações da colonialidade ao longo do tempo até uma sociedade capitalista em crise climática como conhecemos. Assim, as regras de legitimação e coerência a que Wallerstein se refere são, na leitura ecofeminista proposta nesse trabalho, as mesmas regras que direcionam o modelo ético do herói, mas com o acréscimo enfático da face patriarcal e antiecológica desse sistema. Logo, ao seguir tais regras, a ética do herói domina o mundo e suas narrativas de forma contraditória e contraproducente quando se considera a manutenção da vida, a diversidade dos povos ou, conforme se divulga de forma simplória, a sustentabilidade e a preservação do planeta.

No texto *From heroic to holistic ethics* (1993), escrito pela cientista da religião Marti Kheel, a ética do herói é descrita como enraizada em narrativas patriarcais que exaltam a conquista, o sacrifício e o controle (p.254), o que é perceptível em inúmeros mitos fundadores de crenças, a exemplo das principais religiões monoteístas em atividade que apresentam como figura ancestral em comum um patriarca, Abraão. Por conseguinte, as ações baseadas nessa ética se transformam na dominação daqueles que não são o Homem Branco, humanos e não-humanos, ou seja, os periféricos, semiperiféricos e tudo mais que os sustenta: os sujeitos e seus espaços, corpo-território. Assim definidos, todos os que não são o Homem Branco passam a ser oposição, um lado das forças em conflito que resiste diante da remodelação do dominador masculino, uma oposição feminilizada.

Ainda que não tenha partido de uma crítica ecofeminista, a filósofa María Lugones abordou esse processo de feminilização no texto *Colonialidade e gênero* (2008), no qual afirma que o gênero, não somente a raça, deve ser considerado como parte do processo de colonização, visto que atribuir gênero além de racializar foi fundamental para a dominação colonizadora (p.56-58). Quando aproximado do ecofeminismo, esse

entendimento se expande ao território, ao mundo natural, e ajuda a compreender a dinâmica de poder e resistência que permeiam a realidade do corpo-território feminilizado – como é o caso do enredo de *Maria Altamira* –, bem como estimula a consciência de outras cosmovisões que não são antropocêntricas e afirma a importância do termo “corpo-território” enquanto viver como parte da natureza e não a parte dela, uma compreensão incongruente para a ética do herói.

A partir disso, é importante destacar uma afirmação presente na obra *Ecofeminismo* (2014) da socióloga Maria Mies e da filósofa Vandana Shiva, especificamente no capítulo *O mito da convergência econômica*, escrito pela primeira: “Desde a era do Iluminismo e a colonização do mundo, o conceito de emancipação, de liberdade e igualdade do Homem Branco é baseado no domínio sobre a natureza e sobre os povos e territórios”, logo, “A divisão entre natureza e cultura, ou civilização, é parte integrante desse entendimento” (p.138). A ética do herói está enraizada em narrativas patriarcais que celebram a dominação simultânea ao resgate ou à defesa paternalista do dominado, ou seja, as mesmas figuras salvadoras costumam ser parte ou causa da destruição e executam a dinâmica de destruir para depois salvar em nome da liberdade do indivíduo, do desenvolvimento econômico capitalista e do progresso social-industrial; um exemplo básico e corriqueiro desse processo é o pagamento de indenizações.

Para o funcionamento desse mecanismo são necessárias crenças em hierarquias dualistas que priorizam a liberdade do Homem Branco de acordo com suas regras, relegando aos inadequados um status inferior de relevância ou mesmo de existência. Os desdobramentos dos dualismos hierárquicos criados a partir da ética do herói são evidentes na mistura de reações entre personagens do romance quando a construção da UHE Belo Monte é anunciada:

Na cidade havia os que abriam a boca para dizer: “Vai ser o maior projeto de infraestrutura do país desde várias décadas e a terceira maior usina do mundo”, “A cidade vai entrar no mapa do Brasil”, “O progresso vai chegar na região”. E havia os que falavam, indignados: “Vão matar nosso rio”, “Vão matar nosso povo”, “Esculhambar nossa cidade”, “Alagar nossas praias”, “Roubar o que é nosso” (Silveira, 2020, p.104).

A divisão das reações nesse trecho expõe a dinâmica dualista nos discursos, pois há aquele endossado pelo sistema vigente seguido do discurso de resistência a esse sistema, discurso esse que inverte os interesses do Homem Branco para os interesses do Outro. Nesse contexto, tem-se um panorama básico para compreender a questão em voga: quando o Homem Branco se define enquanto razão, O Outro é entendido como emoção irracional, quando o Homem Branco se define enquanto cultura civilizada, o Outro é visto como natureza selvagem, primitivo, como aquele que está contra o progresso, contra o desenvolvimento e por isso se torna um atraso a ser excluído.

Esse panorama acusa um paradoxo do progresso, afinal, a destruição de um ecossistema é constatada como regresso na realidade material pois ameaça diversos modos de vida, assim, esse paradoxo desencadeia uma crise na ideia de desenvolvimento defendida na ética do herói. No capítulo *Empobrecimento do meio ambiente: mulheres e crianças por último* (in Mies e Shiva, 2014), Shiva desenvolve essas questões:

O paradoxo e a crise do desenvolvimento resultam da identificação errônea da pobreza culturalmente percebida com a pobreza material real, e de confundir o crescimento da produção de *comodities* com satisfazer melhor as necessidades básicas. No entanto, a água, a fertilidade do solo e a riqueza genética são consideravelmente diminuídas como resultado do processo de desenvolvimento (p.149).

A confusão causada nessa crise do desenvolvimento é apresentada ao longo do romance de Silveira em diversos momentos ao longo do romance.

Um desses momentos que se destaca é quando Jurandir, namorado de Maria que trabalha na usina pela necessidade, não por concordar com a construção, desabafa:

Você começa a trabalhar fazendo uma coisa, e o fato de fazer aquilo todo dia, compartilhar daquilo, e tudo mais que lhe dizem o tempo todo no local de trabalho, aquilo sendo martelado a cada momento, mesmo inconscientemente vai mudando sua cabeça. Na usina é toda hora essa história de progresso, da necessidade de mudanças para melhorar a vida, quem tá contra é porque é a favor do atraso. Mesmo sem saber que tá mudando, a pessoa vai mudando, quando você se dá conta, tá acreditando também (Silveira, 2020, p.250).

Até a contemporaneidade, a ética do herói costuma se estabelecer dessa maneira: afetando a subjetividade. Sua problemática, portanto, está também em romantizar o sacrifício e as ações por necessidade, reforçando uma visão antropocêntrica e masculinista do corpo-território que perpetua a noção de que os seres humanos têm o direito de intervir na natureza de forma paternalista.

Essa mesma linha de raciocínio foi amplamente analisada pela filósofa Val Plumwood em sua obra *Feminism and the mastery of nature* (1993), cuja crítica aos dualismos hierárquicos também evidencia o quanto tal sistema torna as conexões entre opressões, em especial entre o feminino e a natureza, latentes e difusos (p.33), por fim, confusos. Diante desse cenário, em alguma medida, na ética do herói ainda se espera que o comportamento dos dominados esteja em conformidade com seu sistema e quanto menos compreensão, mais fácil a dominação, por isso a expectativa de que os dominados respeitem os dualismos hierárquicos impostos e acatem suas soluções socioambientais, expectativa essa comumente legislada. Assim, tal dinâmica evidencia a ligação dessa espera com a ideia das forças que se mantêm unidas pela tensão no sistema-mundo de Wallerstein mencionado anteriormente.

Outro estudo decolonial que se destaca na linha de raciocínio dessa análise é a ideia de dicotomia de gênero explorada por Lugones, dessa vez no texto *Rumo a um feminismo decolonial* (2010); de acordo com ela:

A missão civilizatória usou a dicotomia hierárquica dos gêneros como uma forma de julgamento, apesar da realização dos gêneros dicotômicos pelos colonizados não ser relevante para esse julgamento normativo – transformar os colonizados em seres humanos não era o objetivo dos colonizadores. A dificuldade de imaginar esse objetivo pode ser facilmente percebida, quando vemos que tal transformação, dos colonizados em homens e mulheres, não seria uma transformação identitária, mas uma mudança de natureza. Mas virar os colonizados uns contra os outros fazia parte do repertório de justificativas para os abusos que aconteciam (p.360).

A dicotomia de gênero funciona como um dos dualismos hierárquicos fundamentais nas análises ecofeministas e ajuda a compreender essa questão em um contexto de colonização intensa, como é caso do Brasil e, mais especificamente, da região do Xingu refém da UHE Belo Monte, fruto da Ditadura Militar. Ao considerar a dicotomia

de gênero sobre os colonizados, a complexidade do dualismo hierárquico masculino/feminino assume proporções ainda mais complexas, pois aquele corpo-território então entendido como feminilizado passa a ser percebido também como inumano e/ou inabitável, conseqüentemente periférico.

Uma imagem metafórica que destaca essa dicotomia de gênero a partir do ecofeminismo é apresentada em dois momentos envolvendo Nice, amiga de Maria, uma mulher descontente com sua cidade natal que concordava com a construção da usina:

Nice era uma que gostava de ver a cidade agitada e não queria voltar à vidinha pacata de antes. Gostava do movimento, dos homens na rua. Gostava, não ia negar. Não via tanto perigo assim. Vem o progresso, dizia, como se o progresso fosse um tipo de homem que chegaria e lhe daria uma vida melhor e a levaria para longe de sua casa de palafitas (Silveira, 2020, p. 105-106).

Nesse primeiro momento, o progresso é a própria ideia do herói em sua ética salvadora, removendo Nice de sua compreensão de pobreza. No segundo momento, o narrador anuncia que “A cidade crescia e se enchia. Cidade-ímã para aventureiros de todos os naipes e de todo o país. Não era só Nice que dava a impressão de que o progresso era o noivo que esperava. A cidade, fêmea, também se alvoroçava” (Silveira, 2020, p.124). A imagem de uma cidade fêmea, um território feminilizado que se articula aos corpos também feminilizados, aqueles periféricos que estão longe do Homem Branco, evidencia a dicotomia/dualismo em questão e antagoniza a representação máxima de resistência sob leitura ecofeminista no romance: a ética do cuidado.

2. A ética do cuidado: a comunidade que preserva

No texto *A ética do cuidado como teoria feminista* (2014), a filósofa Tânia Kuhnen argumenta que essa ética é uma alternativa às teorias éticas tradicionais, pois enquanto as tradicionais geralmente focam na justiça e nos direitos maquinalmente, a ética do cuidado valoriza as conexões interpessoais, a empatia e a responsabilidade compartilhada, sendo essas qualidades historicamente ligadas às mulheres e, por isso, frequentemente

marginalizadas nos espaços públicos e no pensamento científico (p.7-8). Além disso, a ética do cuidado questiona as estruturas patriarcais e oferece um modelo de pensamento e ação respeitosos aos modos de vida e inclusivos diante da diversidade dos povos.

A definição da ética do cuidado pode ser tão ampla quanto a da ética do herói, visto que surge de interpretações de diversas áreas do conhecimento. Uma das áreas precursoras na definição da ética do cuidado, ao menos no âmbito acadêmico, é a psicologia, em especial no trabalho da psicóloga Carol Gilligan, cuja perspectiva é comparada a outras estudiosas ecofeministas na tese da filósofa Daniela Rosendo, *Quilt ecofeminista sensível ao cuidado: uma concepção de justiça social, ambiental e interespecies* (2019), um dos principais trabalhos que repercutiu a ética do cuidado no Brasil. De acordo com Rosendo (2019), ao criticar o psicólogo Lawrence Kohlberg por sua visão demasiadamente masculina sobre os funcionamentos da sociedade, Gilligan argumenta a falta de consideração sobre a perspectiva feminina historicamente mais focada no cuidado e nas relações interpessoais (p.106) e, com isso, impulsiona as discussões sobre a ética do cuidado nos estudos ecofeministas, o que levou a maiores associações dessa perspectiva com outros estudos, como os decolônias.

Esse tipo de crítica a uma visão masculina também é notada em obras como *Calibã e a bruxa* (2004), da filósofa Silvia Federici, quando essa crítica a teoria marxista por negligenciar o trabalho reprodutivo e de cuidado das mulheres na teoria da acumulação primitiva (p.118), bem como em estudos feministas decoloniais como o de Lugones, mencionado anteriormente, quando critica o sociólogo Aníbal Quijano pela ausência da questão de gênero nas análises sobre a colonialidade do poder (2008, p.56). O destaque para a perspectiva da mulher tem sido reivindicado em diversos campos de estudo que partem de uma crítica feminista, inclusive nos estudos literários – especialmente em suas tendências contemporâneas.

Assim, ao considerar o pensamento ecofeminista e sua crítica aos dualismos, a primeira impressão sobre a ética do cuidado pode parecer contraditória, pois avalia a realidade sob uma noção binária de gênero e mesmo essencialista, principalmente quando se contrapõe essa perspectiva à ética masculina do herói. Entretanto, é importante ressaltar que sua definição se reconstrói com o avanço dos debates e mantém sua binaridade muito mais para fins didáticos a reguladores, visto que o binarismo de gênero

ainda é componente norteador da hegemonia do pensamento patriarcal/colonizador vigente. Um exemplo do avanço das definições do ecofeminismo – consequentemente da ética do cuidado – é o estudo da crítica literária Greta Gaard no artigo *Rumo a um ecofeminismo queer* (1997), cujo argumento verticaliza os dualismos hierárquicos ao associá-los a teoria queer (p.203), movimento que atualiza o debate ecofeminista.

Portanto, apesar de sua análise muitas vezes binária, o cuidado em sua ética é uma atividade fundamental na vida humana independente do gênero, mas desvalorizado por sua feminilização e sacrificado em prol dos interesses do Homem Branco que, em sua coragem e bravura, pressupõe a própria salvação após o extermínio do Outro. A partir disso, entende-se que o corpo-território feminilizado/colonizado e o cuidado intrínseco à cosmovisão indígena, ao modo de vida ribeirinho, à organização social quilombola ou qualquer outro grupo que não seja o Homem Branco, passa a ser marginalizado tanto pelo racismo quanto pela misoginia e, em casos como o que está em questão, pela colonização que articula tantos preconceitos para continuar funcionando.

Resistir ao sufocamento ideológico que impede o cuidado de ser prioridade no funcionamento socioambiental é a ação que impulsiona a construção de Maria enquanto protagonista, pois ela se desenvolve cercada de especulações sobre a construção de uma usina que cresce com ela, mas em oposição, em antagonismo, cada uma a representar interesses específicos, ou seja, forças em conflito. Além disso, Maria também cresce cercada de especulações sobre o destino da mãe, sobre o assassinato do pai e sobre a própria noção de identidade. Enquanto Maria acompanha os embates políticos que antecipam a violação do rio Xingu, seu corpo também é violado por estupradores assim como o de sua mãe, Alelí, foi no passado; diante de tamanhas violências, a moça Maria e a cidade Altamira se fundem simbolicamente em um corpo-território feminilizado que se encontra diante de forças masculinizadas, mas resiste, tornam-se um drama uno, *Maria Altamira*, uma identidade conjunta que conduz à ética do cuidado como resistência.

No início do romance, um trecho sobre o cansaço de Alelí depois de tantas andanças e violências, antes de chegar em Altamira, inaugura o tom resistente que se desdobraria, mais tarde, na construção de toda a trajetória formativa de sua filha:

Só não contara com a força impenitente que a fazia seguir, a força sem tino, sem razão, jamais convidada, que não a deixava parar. Mil e uma vezes maldita, maldita ânsia de resistir, maldito instinto de uma vida inútil. Por que não a deixava ficar naquele chão, se entregar e sumir? (Silveira, 2020, p.37).

Em *Literatura e resistência* (2002), o crítico literário Alfredo Bosi afirma que a resistência é um conceito ético, não estético, pois “seu sentido mais profundo apela para a força da vontade que resiste a outra força, exterior ao sujeito” (p.118); na presente perspectiva de análise, a ética do cuidado seria a força feminilizada que resiste à força masculinizada da ética do herói.

Ainda de acordo com Bosi, “Resistir é opor a força própria à força alheia. O cognato próximo é *in/sistir*, o antônimo familiar é *de/sistir* (p.118), ou seja, o breve trecho sobre a vontade de resistir que cresce em Alelí conduz a face decolonial em destaque na narrativa e contribui não somente para a simbologia da resistência como repasse geracional – ainda que Maria não tenha sido criada por Alelí –, contribui também com a simbologia da resistência como encontro, como reconexão, visto que é essa força que leva mãe e filha a se reencontrarem ao final do romance.

A imagem de herança de resistência fica evidente no trecho em que o narrador descreve o nascimento de Maria:

A menina morena, que franzia o pequeno nariz quando ria, tinha de fato a sensação de que ela e a barragem cresceram juntas, como se sua vida fosse puxada por um caminhão de cimento em direção ao rio. A questão era clara como a água do Xingu quando alguém a toma nas mãos. O projeto inicial previa a inundação de doze terras indígenas, além de grupos isolados e glebas ribeirinhas. Seriam construídas sete barragens para gerar metade da capacidade instalada no país. Projeto de tal magnitude, sem nenhuma consulta à população da região, era uma declaração de guerra, e como tal foi recebido. Justo no fulcro dessa guerra local, prolongada e intermitente, nasceu Maria Altamira, ao vencer sua batalha no ventre de Alelí (Silveira, 2020, p.86).

Apesar da separação de mãe e filha, a busca de uma pela outra ao longo do romance, seus pensamentos, sentimentos ocultados, revelados apenas pela escolha de um narrador em terceira pessoa, expõe uma esperança renovadora entre cada abalo relacionado à destruição da terra e do rio. Junto à sua família adotiva, em especial Chica,

Maria descobre na força do cuidado, do afeto e da preservação o motivo para não sucumbir.

Em outro trecho, uma Maria adulta é apresentada como alguém que nunca se resignou com a destruição que sua comunidade não pode evitar, pois, apesar das derrotas, entendia que as pequenas vitórias vinham de sua união e organização nessas comunidades política-afetivas:

Ao contar de suas vitórias e das lutas, a satisfação deles era imensa. Maria sentia a força, o entusiasmo. Sofreram demasiado, mas estavam inteiros. Enfrentaram o que tiveram de enfrentar, e ainda enfrentarão, mas no meio da desgraça o que ela entendia com tudo o que escutara e via agora, um tanto maravilhada, era que seu povo estava de pé. Havia um orgulho extraordinário naquela aldeia que resistia, conseguia vitórias, e cuja autoestima reluzia em cada um. Maria sentiu uma alegria que já não achava possível. Como seus parentes são bonitos! Como gostaria de ser de fato uma entre eles! Ao mesmo tempo se deu conta dos poucos anos decorridos para tanta mudança. Quantos mais teriam que passar para que os indígenas da Volta Grande pudessem viver sem ameaças? (Silveira, 2020, p.206).

A aproximação de Maria com a comunidade indígena e a criação em ambiente ribeirinho e indígena, também em contato com o lado urbano, fez dela uma personagem multifacetada que observava seu contexto a partir do pertencimento e da comparação do ambiente com seu corpo e sua identidade enquanto mulher, afinal, ao conviver com os mais diversos discursos e opiniões acerca do meio ambiente, da terra e do rio Xingu, Maria identificava no meio a direção sobre sua existência, do início ao fim.

No texto *Apontamentos para uma crítica ecofeminista* (2009), a crítica literária Angélica Soares explora a interseção entre o feminismo e a ecologia dentro da literatura, destacando como o ecofeminismo pode enriquecer a análise literária ao considerar as dimensões de gênero e ambiental que a ecocrítica ainda não conseguiu se aprofundar (p.5-6). Assim, a literatura ecofeminista se configura como um espaço crítico onde é possível evidenciar as relações entre gênero e natureza que desafiam os paradigmas hegemônicos, como acontece com Maria, afinal, uma abordagem crítica e literária que reconheça e explore essas relações de poder e opressão promove uma visão sensível e sustentável de compreensão do mundo. Quando se parte desse raciocínio, a possibilidade de interpretar as comunidades de afeto que formam o corpo-território feminilizado no romance aumenta

e os encaminha para o reconhecimento da resistência ética para além e mesmo acima da estética, pois funde os elementos narrativos para se tornar, além de romance, denúncia.

Seguido ao trecho anterior, Maria reconhece o sentimento íntimo que a conduz à camada mais afetiva e subjetiva do corpo-território feminilizado:

No barco, na volta, ela foi repetindo o gesto que havia séculos era repetido ali, recolhendo na mão a água transparente do Xingu sagrado que servia aos povos da floresta. Lavou o rosto e matou a sede. À luz vermelha do sol que começava a se pôr, ela como que viu, acompanhando o rio, o vulto do pai e da mãe — sim, da mãe. Alelí também viveu ali, e Maria por fim se sentiu em paz com a mãe. Seu coração doeu de amor. Como explicar a força-ímã com que a terra onde fomos criados nos atrai? Como explicar seu amor profundo por aquele lugar espoliado, ultrajado, em guerra e ainda assim com essa beleza que a assombra? (Silveira, 2020, p.206).

O amor, então interpretado como compromisso relacional que vai além do afeto pessoal e incorpora responsabilidade e cuidado, envolve também um ato recorrente de atenção e reconhecimento da dignidade do outro, nesse contexto, do Outro.

Em *Maria Altamira*, a ética do cuidado é concretizada pela resistência da comunidade e da protagonista frente às violências e injustiças, ilustrando a interseção entre sua trajetória pessoal e a luta coletiva da comunidade em que vive. Assim, a breve análise disposta nesse artigo demonstra como Maria, ao se integrar à comunidade indígena e seus valores, adota uma perspectiva que desafia normas opressivas e subverte o pensamento dualista dominante. O cuidado e o amor, como formas de resistência, emergem como forças transformadoras, preservando a dignidade e a humanidade em contextos adversos e reafirmando a importância de uma perspectiva ética que valoriza a equidade, o respeito mútuo e uma política do afeto que mantém o elo subjetivo com o mundo natural.

Considerações finais

Diante da relação entre a protagonista e seu território, o romance *Maria Altamira* oferece uma visão crítica que amplia a compreensão da ética relacionada à justiça

socioambiental, visto que o modelo de resistência e reconexão apresentado no romance contribui significativamente para a análise ecofeminista e contribui com o debate sobre a relação política, social e econômica do feminino com a natureza. Trata-se de uma representação consideravelmente específica que contrasta com a representação do herói tradicional na literatura, caracterizada pela força e bravura.

Nessa crítica, percebe-se que o heroísmo em questão está intimamente vinculado a um sistema patriarcal que perpetua a dominação e a destruição do corpo-território feminilizado, afinal, embora grandes projetos como a UHE Belo Monte sejam frequentemente apresentados como marcos de progresso, eles encobrem os danos reais infligidos às comunidades e ecossistemas locais. O paradoxo desse desenvolvimento, que promete avanços para a sociedade enquanto causa devastação ambiental e cultural, evidencia a necessidade de uma crítica mais profunda a essas narrativas, ficcionais ou não. Assim, os resultados desse estudo, ainda que limitados, demonstram que a ética do herói, ao promover um ideal de progresso e salvação imbricada no sistema-mundo, contrasta com a realidade das crises ambientais e sociais que ela mesma contribui para criar, o que evidencia a importância de criticar essas narrativas tradicionais masculinistas à luz de uma leitura como a ecofeminista.

Nessa crítica à ética do herói surge a ética do cuidado, cuja definição pautada no pensamento ecofeminista também revela a necessidade de um modelo mais holístico e inclusivo, que considere a diversidade dos corpos e territórios afetados negativamente pelo progresso e que promova formas de resistência baseadas no respeito e na preservação humana e ambiental. Assim, a ética do cuidado oferece uma alternativa relevante ao enfatizar as conexões interpessoais, a empatia e a responsabilidade, valores frequentemente associados às mulheres e marginalizados em contextos públicos e científicos, mas que contribuem para o debate sobre a crise climática premente e a contínua violência contra as mulheres. Por fim, essa breve análise também demonstrou a necessidade de reconsiderar narrativas de progresso e adotar abordagens éticas mais inclusivas e sustentáveis para enfrentar os desafios contemporâneos tanto na arte quanto em sua fonte criativa: a vida.

Referências

BOSI, A. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017 [2004].

G1 Pará. **Pescadores do Xingu fazem protesto em Brasília após serem afetados pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no PA**. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/08/05/pescadores-do-xingu-fazem-protesto-em-brasilia-apos-serem-afetados-pela-usina-hidreletrica-de-belo-monte-no-pa.ghtml>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

GAARD, G. **Rumo ao ecofeminismo queer**. 1997. Tradução: Sandra Michelli Gomes. Revista Estudos Feministas, v.19, n.1, p.197-223. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/RvGgdQk5vBZk8Jsp43yStGv/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 15 de julho de 2024.

KHEEL, M. **From heroic to holistic ethics**: the ecofeminist challenge. In: GAARD, Greta Claire. *Ecofeminism: women, animals, nature*. Philadelphia: Temple University Press, 1993.

KUHNEN, T. A. **A ética do cuidado como teoria feminista**. In: Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas. Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2014. Disponível em: https://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT10_T%C3%A2nia%20Aparecida%20Kuhnen.pdf. Acesso em: 25 de julho de 2024.

LUGONES, M. **Rumo a um feminismo decolonial**. 2010. Tradução: Pê Moreira. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

_____, M. **Colonialidade e gênero**. 2008. Tradução: Pê Moreira. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MIES, M. **O mito da convergência econômica**. 2014. In: MIES, Maria. SHIVA, Vandana. *Ecofeminismo*. Tradução: Carolina Caires Coelho. Belo Horizonte: Editora Luas, 2021.

PLUMWOOD, V. **Feminism and the mastery of nature**. Routledge, 1993.

ROSENDO, D. **Quilt ecofeminista sensível ao cuidado**: uma concepção de justiça social, ambiental e interespecies. 2019. 234 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Florianópolis, 2019. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/214478>. Acesso em: 07 de julho de 2024.

SHIVA, V. **O empobrecimento do meio ambiente**: mulheres e crianças por último. 2014. In: MIES, Maria. SHIVA, Vandana. Ecofeminismo. Tradução: Carolina Caires Coelho. Belo Horizonte: Editora Luas, 2021.

SILVEIRA, M. J. **Maria Altamira**. São Paulo: Editora Instante, 2020.

SOARES, A. **Apontamentos para uma crítica literária ecofeminista**. Revista Garrafa, v. 7, n. 20. 2009. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/garrafa/article/view/8441>. Acesso em: 29 de junho de 2024.

WALLERSTEIN, I. **O sistema mundial moderno**. Vol. I: agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Tradução: Carlos Leite, Fátima Martins e Joel de Lisboa. Porto: Afrontamentos, 1974.